LEGAL ALERT

REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL

Foi publicada a Lei n.º 7/2018, de 2 de março, que aprova o Regime Jurídico da Conversão de Créditos em Capital (RJCCC). Este novo regime enquadra-se no Eixo III do Programa Capitalizar, tendo em vista a recuperação empresarial, e surge a par com a publicação da Lei n.º 8/2018, de 2 de março, que aprova o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas e procede a alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e ao Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.

O RJCCC vem consagrar a possibilidade de conversão em capital social de créditos não subordinados detidos sobre uma sociedade comercial ou sob a forma comercial com sede em Portugal.

O recurso a este regime depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- i. O capital próprio da sociedade, tal como resulta das últimas contas de exercício aprovadas ou, caso existam, de contas intercalares elaboradas pelo órgão de administração e aprovadas há menos de três meses, ser inferior ao capital social;
- ii. Encontrarem-se em mora, há mais de 90 dias, créditos não subordinados sobre a sociedade de valor superior a 10 % do total de créditos não subordinados, ou, caso estejam em causa prestações de reembolso parcial de capital ou juros, estas respeitarem a créditos não subordinados de valor superior a 25 % do total de créditos não subordinados.

O processo inicia-se com a apresentação à sociedade de uma proposta de aumento do capital social por conversão de créditos, subscrita por credores cujos créditos constituam, no mínimo, 2/3 do passivo da sociedade e a maioria dos créditos não subordinados. A proposta poderá

prever, entre outros aspetos, a prévia redução do capital social para cobertura de prejuízos (incluindo para zero), bem como a exclusão de todos os sócios, caso as participações não tenham qualquer valor, e deverá ser acompanhada dos documentos exigidos pela lei societária e de relatório elaborado por Revisor Oficial de Contas que demonstre a verificação dos pressupostos acima referidos.

A sociedade pode acordar alterações à proposta com os credores, ficando obrigada à imediata convocação de assembleia geral, que deverá ter lugar no prazo de 60 dias a contar da data de receção da proposta, para os sócios se pronunciarem sobre a mesma. Os sócios mantêm a prerrogativa de exercer o respetivo direito de preferência na subscrição de novas participações, devendo, nesse caso, o aumento ser realizado em dinheiro, que é obrigatoriamente aplicado na amortização dos créditos objeto da proposta de conversão.

Caso a assembleia geral não seja realizada ou não aprove a proposta ou, ainda, se a deliberação que a aprovar não for executada, os credores proponentes poderão recorrer a um mecanismo de suprimento judicial da deliberação de conversão, que corre como processo urgente, na sequência do qual a proposta de conversão poderá ser confirmada e efetivada.

Em todo o caso, os sócios têm ainda 30 dias após o trânsito em julgado da sentença homologatória da proposta de conversão para adquirir ou fazer adquirir por terceiro o capital da sociedade resultante da alteração, pelo respetivo valor nominal, desde que adquiram ou paguem na totalidade os créditos remanescentes sobre a sociedade detidos pelos credores proponentes.

Sendo a sociedade declarada insolvente antes de terminado o processo de conversão, a proposta e os efeitos da eventual deliberação dos acionistas que a apreciou caducam, extinguindo-se o processo urgente de suprimento judicial de deliberação social que esteja pendente.

Por último, damos nota de que este regime não é aplicável à conversão de créditos detidos sobre empresas de seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, empresas de investimento, sociedades abertas e entidades integradas no setor público empresarial e não permite a conversão

em capital dos créditos detidos por entidades públicas (exceto se forem entidades integradas no setor público empresarial).

A MLGTS está disponível para o esclarecimento de qualquer questão adicional.

João Alfredo Afonso [+info]

Eduardo Paulino [+info]

www.mlgts.pt